

CONTRATO Nº 013/2022 - FEAPI

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PLATAFORMA VIRTUAL DE ENSINO À DISTÂNCIA, FIRMADO ENTRE A FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ITAJAÍ E A EMPRESA ESCOLA AVANÇADA

A **FUNDAÇÃO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DE ITAJAÍ – FEAPI**, pessoa jurídica de direito público, instituída pela Lei Complementar nº 59, de 29 de junho 2005, CNPJ nº 07.492.682/0001-46, com sede à Rua Camboriú, nº 509, bairro Centro, cidade de Itajaí, estado de Santa Catarina, CEP: 88301-451, neste ato representada por seu Superintendente infra-assinado, aqui denominada simplesmente **CONTRATANTE**, e a Empresa **ESCOLA AVANÇADA**, pessoa jurídica de direito privado, CNPJ nº 30.324.369/0001-10, com sede à Rua Wagner, nº 153, bairro Alvorada, cidade de Manaus, estado do Amazonas, CEP: 69048-570, neste ato representada por seu administrador, o senhor Leomar Freitas dos Santos, Registro Geral nº 2647176-0 SSP/AM, telefone (92) 99414-2045, aqui denominada simplesmente **CONTRATADA**, acordam e ajustam firmar o presente **CONTRATO**, nos termos da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, suas alterações e legislações pertinentes, pelos termos da proposta da Contratada e pelas cláusulas a seguir expressas, definidoras dos direitos, obrigações e responsabilidades das partes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente contrato tem por objeto a **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE FORNECIMENTO DE PLATAFORMA VIRTUAL DE ENSINO À DISTÂNCIA**, com no mínimo 40 (quarenta) opções de cursos de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento, ferramentas de autoria e personalização, área do aluno com recursos didáticos diversificados (videoaulas, apostilas, avaliações etc.) e atendimento mínimo de 500 (quinhentos) alunos ativos (cursando).

CLÁUSULA SEGUNDA – DO VALOR

Dá-se como valor ao objeto ora contratado a importância de **R\$ 2.400,00 (Dois mil e quatrocentos reais)**.

CLÁUSULA TERCEIRA – DA REVISÃO DOS VALORES DO CONTRATO

Os valores do contrato, estimados para o prazo estabelecido na Cláusula Oitava, não serão reajustados.

CLÁUSULA QUARTA – DO PAGAMENTO

O pagamento será efetuado em parcela única no prazo de até 30 (trinta) dias a contar do recebimento da nota fiscal devidamente atestada pelo fiscal de contrato.

Parágrafo Primeiro: O atraso no pagamento dos valores devidos pela CONTRATANTE à CONTRATADA implicará cobrança de multa de 2% (dois por cento) sobre o valor devido, correção monetária por dia de atraso, a ser medida segundo o índice de variação IGP-M/FGV (Índice Geral de Preços de Mercado da Fundação Getúlio Vargas), ou seu eventual substituto, acrescido de juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, ou fração proporcional do tempo de atraso sobre o valor do débito corrigido monetariamente, calculados pro rata die até a data do efetivo pagamento. Atrasos superiores a 30 (trinta) dias poderão determinar a interrupção na prestação dos serviços, a critério da CONTRATADA.

Parágrafo Segundo: No caso de descumprimento das especificações dispostas neste processo ou quaisquer pendências contratuais e fiscais, o pagamento será suspenso até que a contratada cumpra as exigências do contratante.

CLÁUSULA QUINTA – DAS DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS

As despesas decorrentes da presente licitação correrão à conta de recursos orçamentários, Exercício de 2022 da Fundação de Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí, Despesa **573 – 3.3.90.00.00 – Aplicações Diretas**.

CLÁUSULA SEXTA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

A CONTRATADA é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

- I. A pagar todos os tributos, contribuições fiscais e parafiscais que incidam ou venham a incidir direta e indiretamente sobre os serviços contratados;
- II. A anexar à nota fiscal, quando devidamente solicitado pelo fiscal de contrato, relação dos funcionários contratados, local de trabalho e comprovante de recolhimento do INSS e FGTS;

- III. A manter uma plataforma virtual de ensino à distância, com ambiente virtual de aprendizagem para alunos e ferramentas de autoria e personalização para a CONTRATANTE, disponível na internet, em site específico, de titularidade da CONTRATANTE, de fácil acesso, com as seguintes especificações:
 - a. No mínimo 40 (quarenta) opções de cursos de qualificação profissional em diversas áreas de conhecimento, com carga horária a ser definida pela instituição;
 - b. Opções de personalização da plataforma virtual, incluindo certificado de conclusão de cursos, logotipos, cores e outras;
 - c. Ferramentas de autoria que permitam a inclusão de novos cursos e/ou recursos didáticos (videoaulas, apostilas e avaliações) nos cursos já existentes;
 - d. Ambiente virtual de aprendizagem exclusivo para alunos, com recursos didáticos diversificados (videoaulas, apostilas e avaliações);
 - e. Atendimento mínimo de 500 (quinhentos) alunos ativos (cursando) durante todo o decorrer do contrato, não limitando a quantidade de alunos cadastrados.
 - f. Suporte à CONTRATANTE, com atendimento ágil e eficiente em dias úteis e horário comercial
- IV. A comunicar a CONTRATANTE todas as circunstâncias ou ocorrências que, constituindo motivos de força maior, não permitiram a correta execução dos serviços;
- V. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, no todo ou em parte e às suas expensas, bens objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes de execução irregular dos serviços inadequados ou desconformes com as especificações;
- VI. Cumprimento total das cláusulas do contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

A CONTRATADA é responsável, obrigando-se nos seguintes termos:

- I. Efetuar os pagamentos devidos à CONTRATADA, na forma pactuada neste contrato.
- II. Notificar, por escrito, à CONTRATADA quaisquer irregularidades encontradas na prestação do fornecimento.
- III. Prestar as informações e os esclarecimentos que venham a ser solicitados pela CONTRATADA;
- IV. Aplicar, se for o caso, as sanções administrativas e penalidades regulamentares e contratuais.
- V. Comunicar a CONTRATADA, sempre que necessário, qualquer deficiência em relação aos serviços prestados.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O contrato terá vigência de 12 (doze) meses, a partir de sua assinatura, permitindo-se a prorrogação nos termos dos §§ 1º e 2º do art. 57 da Lei nº 8.666/93.

CLÁUSULA NONA – DA FISCALIZAÇÃO

Os serviços contratados serão acompanhados e fiscalizados pela Fundação Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí – Fiscal designado: Fernando de Tarso Castelain Júnior.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA ALTERAÇÃO

Este contrato poderá ser alterado:

- I. Quando houver modificação dos serviços ou suas especificações, para melhor adequação técnica aos seus objetivos;
- II. Quando necessária a modificação do valor contratual, em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto;
- III. Por acordo das partes:
 - a. Quando necessária a modificação da forma de pagamento, por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial;
 - b. Para restabelecer a relação, que as partes pactuaram inicialmente, entre os encargos da CONTRATADA e a retribuição do CONTRATANTE para a justa remuneração dos serviços, objetivando a manutenção do inicial equilíbrio econômico e financeiro do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PROPRIEDADE INTELECTUAL E LIMITAÇÃO DE RESPONSABILIDADE

A CONTRATADA possui todos os direitos de propriedade intelectual sobre o software e sobre os conteúdos que ora são licenciados para uso à CONTRATANTE, nos termos deste contrato, incluindo, porém não se limitando a, os respectivos direitos de autor, marcas, patentes, know-how, código fonte, segredos comerciais, e quaisquer outros, se estendendo também à metodologia de desenvolvimento e de suporte.

Parágrafo Primeiro: A responsabilidade total de qualquer das partes por quaisquer indenizações de danos, morais ou materiais, de ordem contratual ou extracontratual, diretos ou indiretos, inclusive lucros cessantes, estará limitada, no máximo, ao valor acumulado nos últimos 12 (doze) meses de Contrato. Caso esta cláusula seja desconsiderada por qualquer razão, as partes deverão rever em boa-fé o equilíbrio econômico-financeiro deste Contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DOS TRIBUTOS

Quaisquer tributos ou encargos legais, criados, alterados ou extintos após a assinatura do presente instrumento, de comprovada repercussão nos preços ora contratados, implicarão a revisão destes para mais ou para menos, conforme o caso.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DO REEQUILÍBRIO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em havendo alteração unilateral do presente contrato que aumente os encargos da CONTRATADA, o CONTRATANTE deverá restabelecer por aditamento, o equilíbrio econômico-financeiro inicial.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA RESCISÃO

O presente Contrato poderá ser rescindido caso ocorram quaisquer dos fatos elencados no art. 78 e seguintes da Lei nº 8.666/93. A falta do cumprimento das obrigações patronais por parte da Contratada sujeitará à rescisão sumária do contrato.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – INEXECUÇÃO, ALTERAÇÃO CONTRATUAL E SANÇÕES

A inexecução total ou parcial do contrato terá procedimentos e consequências, na forma estabelecida na Seção V - Da Inexecução e da Rescisão dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Primeiro: O presente contrato poderá sofrer alterações na forma estabelecida na Seção III - Da Alteração dos Contratos - Capítulo III, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Segundo: O atraso injustificado na execução do contrato, assim como a sua inexecução total ou parcial, sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas na forma prevista na Seção II - Das Sanções Administrativas - Capítulo IV, da Lei n.º 8.666/93.

Parágrafo Terceiro: O Município poderá aplicar à Contratada, ainda, as seguintes penalidades previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/1993, em caso de inexecução total ou parcial do objeto ou contrato:

- a. Advertência;
- b. Multa de 0,5 % (cinco décimos por cento) do valor da proposta, para cada dia ou fração de atraso do fornecimento do objeto licitado;
- c. Multa de 10% (dez por cento) do valor remanescente em caso de desistência do fornecimento ou execução;

Parágrafo Quarto: Sem prejuízo das sanções previstas no Art. 87, da Lei n.º 8.666/93, o licitante adjudicatário ficará sujeito às seguintes penalidades:

- a. 10% (dez por cento) do valor do contrato atualizado pela prestação de serviços desconforme com o especificado e aceito;
- b. 1,0 % (um por cento) do valor do contrato atualizado pela não substituição dos produtos/serviços recusados por este Município, no prazo estipulado, até o limite de 10% (dez por cento);
- c. 0,33% por dia, sobre o valor total da proposta limitado a 10% do valor contratual atualizado, pelo descumprimento dos prazos e condições previstos no Pregão e neste Contrato;
- d. Sem prejuízo das sanções disposta nos itens anteriores desta mesma cláusula, a recusa, injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo Município, em retirar a Autorização de Fornecedor/Nota de Empenho de Despesa será interpretada como ruptura de contrato e sujeitará a pessoa jurídica adjudicada ao pagamento de multa no valor de 10% (dez por cento) sobre o valor da proposta da licitante vencedora.

Parágrafo Quinto: A multa poderá ser aplicada cumulativamente com as demais sanções, não terá caráter compensatório e a sua cobrança não isentará a obrigação de indenizar eventuais perdas e danos.

Parágrafo Sexto: As multas referidas nesta cláusula serão deduzidas pelo Município por ocasião do pagamento da nota fiscal respectiva.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DA CONFIDENCIALIDADE e PROTEÇÃO DE DADOS

Caso as partes venham a dar entre si acesso a Informações Confidenciais classificadas como tal ou que sejam sigilosas em virtude de sua natureza, deverão adotar cuidados de proteção não inferiores aos das melhores práticas de mercado.

Parágrafo Primeiro: Em qualquer situação de extinção deste Contrato, ou quando durante a sua vigência a finalidade de acesso à Informação Confidencial não mais subsista, a Informação Confidencial deverá ser destruída ou devolvida, a critério exclusivo da parte reveladora, que poderá exigir declaração formal, por escrito, de cumprimento da obrigação por parte da parte receptora.

Parágrafo Segundo: As Partes obrigam-se a observar as diretrizes da legislação aplicável quanto à proteção de dados e privacidade, para fins tratamento de dados pessoais dos seus clientes, usuários ou de seus empregados ou terceiros, no âmbito deste Contrato e sem prejuízo das condições abaixo:

- I. Cada Parte é a exclusiva proprietária de sua Base de Dados, declarando que, em hipótese alguma, fará uso dessas informações com finalidade não prevista neste Contrato ou tomará quaisquer providências no sentido de: (i) copiar a referida base e/ou (ii) tomar quaisquer medidas que venham a representar uso indevido das informações constantes da base de dados uma da outra.
- II. As Partes se obrigam, ainda, a:
 - a. Adotar mecanismos de segurança que garantam a manutenção do sigilo e a privacidade da Base de Dados, devendo implementar as medidas técnicas e organizacionais apropriadas para assegurar que os dados pessoais não serão registrados, divulgados, processados, excluídos, perdidos, danificados, alterados, utilizados ou adulterados de maneira não autorizada, acidental ou ilegal e para proteger os dados pessoais de acordo com a legislação aplicável;
 - b. Quando aplicável, coletar somente as informações necessárias para a prestação dos serviços;
 - c. Notificar uma à outra, por escrito, em até 72 horas, sobre qualquer tratamento indevido dos dados pessoais ou violação das disposições deste Contrato, ou se qualquer notificação, reclamação, consulta ou solicitação for feita por uma autoridade reguladora devido ao tratamento dos dados pessoais relacionado a este Contrato. Tal notificação deverá conter, no mínimo:
 - i. a descrição da natureza dos dados pessoais afetados;
 - ii. informações sobre os titulares envolvidos;
 - iii. informação sobre as medidas técnicas e de segurança utilizadas para a proteção dos dados;
 - iv. os riscos relacionados ao incidente;
 - v. os motivos da demora, no caso de a comunicação não ter sido imediata; e
 - vi. as medidas que foram ou que serão adotadas para reverter ou mitigar os efeitos do prejuízo causado.

Parágrafo Terceiro: Exaurida a finalidade do tratamento dos dados, ou quando da extinção do presente contrato, os dados pessoais tratados pelas Partes poderão ser eliminados, de forma segura e definitiva, exceto conforme previsão legal.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA - FORMA E VALIDADE JURÍDICA DA ASSINATURA DIGITAL

As partes reconhecem a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste contrato e seus termos, conforme o disposto no art. 219 do Código Civil, em formato eletrônico e/ou assinado pelas partes por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, conforme o disposto no art. 10, § 2º, da Medida Provisória nº 2.220-2, de 24 de agosto de 2001 (“MP nº 2.220-2”), como, por exemplo, por meio do upload e existência deste contrato, bem como a aposição das respectivas assinaturas eletrônicas neste contrato, em plataformas como o “Portal de Assinatura Eletrônica” (<http://assinador.iti.br/>), do Governo Federal ou similar.

Parágrafo Primeiro: Adicionalmente, as partes expressamente anuem, autorizam, aceitam e reconhecem como válida qualquer forma de comprovação de autoria das partes signatárias deste contrato por meio de suas respectivas assinaturas neste contrato por meio de certificados eletrônicos, ainda que sejam certificados eletrônicos não emitidos pela ICP-Brasil, conforme o disposto no art. 10, § 2º, da MP nº 2.220-2, como, por exemplo, por meio da aposição das respectivas assinaturas eletrônicas neste contrato em plataformas como o “Portal de Assinatura Eletrônica” (<http://assinador.iti.br/>), do Governo Federal ou similar, sendo certo que quaisquer de tais certificados será suficiente para a veracidade, autenticidade, integridade, validade e eficácia deste contrato e seus termos, bem como a respectiva vinculação das partes aos seus termos.

Parágrafo Segundo: Por fim, conforme o disposto no art. 220 do Código Civil, as Partes expressamente anuem e autorizam que, eventualmente, as assinaturas das PARTES não precisem necessariamente ser apostas na mesma página de assinaturas deste CONTRATO e que a troca de páginas de assinaturas, assinadas e escaneadas em formato eletrônico, como, por exemplo, “.pdf”, é tão válida e produz os mesmos efeitos que a assinatura original de cada PARTE aposta neste contrato.

Parágrafo Terceiro: Fica dispensada a obrigatoriedade do uso de assinaturas, das partes e/ou das testemunhas, por meio de certificados emitidos pela ICP-Brasil, nos mesmos termos do dispositivo mencionado no item acima, concordando as partes que qualquer meio idôneo de certificação digital de autoria e integridade deste Instrumento será válido como comprovação de suas assinaturas.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - DA ISENÇÃO

A Fundação Educação Profissional e Administração Pública de Itajaí ficará isento de responsabilidade acerca de quaisquer ocorrências que porventura surjam durante a vigência dos serviços prestados.

CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO FORO

As partes elegem o foro da Comarca de Itajaí, com expressa renúncia a qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir as controvérsias oriundas da execução do presente instrumento. Os casos omissos serão resolvidos à luz da Lei nº 8.666/93 e dos princípios gerais de direito. E por estarem justas e contratadas, as partes assinam o presente instrumento, para que possa produzir os seus legais e esperados efeitos.

Itajaí, 09 de junho de 2022

Normélio Pedro Weber
Superintendente Administrativo das Fundações

Leomar Freitas dos Santos
Escola Avançada